

Inclusão de alunos com deficiência na escola municipal Padre Joaquim Félix:

um desafio para o educador

Laudecir Medeiros dos Santos Lucena

Edilene Machado Pereira

Como citar: LUCENA, Laudecir Medeiros dos Santos; PEREIRA, Edilene Machado. Inclusão de alunos com deficiência na escola municipal Padre Joaquim Félix: um desafio para o educador. *In:* CAÇÃO, Maria Izaura; CARVALHO, Sandra Helena Escouto de (org.). **Políticas e práticas pedagógicas em atendimento educacional especializado.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 147-161.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-313-7.p147-161>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 8

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOAQUIM FÉLIX: UM DESAFIO PARA O EDUCADOR

Laudecir Medeiros dos Santos Lucena¹

Edilene Machado Pereira²

INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado propôs-se à análise da forma pela qual está ocorrendo o processo de inclusão de alunos com deficiência na Escola Municipal Padre Joaquim Félix, situada no município de São João do Sabugi, Rio Grande do Norte, e quais são os desafios enfrentados pelos educadores diante desse novo paradigma.

Procuramos investigar se há na escola suporte necessário para possibilitar a aprendizagem dos alunos com deficiência; analisar se as estruturas, sistemas e metodologias de ensino adotadas estão atendendo

¹ Graduada em Pedagogia pela UFRN- CAMPUS de Caicó. Professora na Escola Municipal Padre Joaquim Félix de São João do Sabugi.

² Doutoranda em Sociologia pela UNESP; Mestra em Antropologia pela PUC/SP; Especialista em Metodologia de Ensino e Pesquisa.

às necessidades de todas as crianças; Observar como está ocorrendo a integração de todos os que fazem a comunidade escolar, inclusive os pais; averiguar se os professores estão sendo capacitados para atender a esses alunos de maneira que propicie progressos significativos; quais são os conhecimentos que os docentes têm sobre educação inclusiva e as dificuldades que eles enfrentam para trabalhar com esses alunos.

O interesse pelo referido tema partiu de nossas vivências, enquanto educadora, na escola em estudo, participando dos anseios de colegas diante dos desafios que a educação em uma perspectiva inclusiva nos apresenta. Uma educação de qualidade para todos é uma garantia constitucional. Porém, nós, educadores, não possuímos uma formação mais focada nesse fundamento. É na prática que nos deparamos com a diversidade e a necessidade de inclusão para a qual, na maioria das vezes, não estamos preparados.

Sabemos que a inclusão é algo possível, viável, mas que exige pensar, querer e encarar o árduo caminho para mudar. No passado, as pessoas com deficiências eram simplesmente ignoradas, evitadas, abandonadas ou encarceradas e, muitas vezes, eliminadas. Após o evento que formalizou a *educação para todos* como plataforma básica para o sistema educacional, segundo a proposta na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que levanta aspectos do contexto brasileiro a serem considerados na adoção e na implantação do processo de inclusão, a educação inclusiva passou a ser vista de outra maneira.

Essa Declaração defende o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais, à escola regular, por que o ensino regular com orientação inclusiva estabelece os meios mais apropriados para combater atitudes discriminatórias. Deste modo, as escolas regulares precisam se organizar, promovendo mudanças estruturais e culturais para atender às especificidades de todos os alunos, oferecendo o acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania.

A inclusão escolar deve ser um processo que respeite as diferenças e assegure oportunidades de igualdade para todos, construindo uma cultura na qual o diferente tenha espaço para interagir, aprendendo e ensinando, produzindo novas concepções e novos conhecimentos.

1. A PESQUISA: MATERIAL E MÉTODOS

Para o bom desempenho da realização da pesquisa, tivemos o apoio da direção da Escola Municipal Padre Joaquim Félix e de 6 (seis) professores que trabalham com alunos deficientes na sala de aula comum.

Os procedimentos metodológicos se desenvolveram em quatro etapas: primeiro, foi realizada uma consulta bibliográfica com a finalidade de entender como está ocorrendo o processo de inclusão dos alunos com deficiências na rede regular de ensino, para subsidiar a análise da investigação do objeto de estudo. Na coleta de dados, foi utilizado questionário semi-estruturado, direcionado aos 06 (seis) professores que trabalham com crianças deficientes na sala de aula comum, sendo 03 (três) do Ensino Fundamental I e 03 (três) do Ensino Fundamental II.

O questionário estava dividido em 12 questões, visando investigar os conhecimentos que os educadores têm sobre a educação inclusiva; as dificuldades por eles enfrentadas para trabalhar com esses alunos; se estão preparados para desenvolver seu trabalho em uma turma que tem aluno com deficiência; se a escola oferece suporte necessário para promover a inclusão dos alunos deficientes; quem são os responsáveis pelo preparo para receber esses alunos; qual o melhor atendimento considerado pelos educadores para os alunos com deficiência e qual a maior dificuldade ou desafio que esses profissionais têm encontrado para promover a inclusão. O mesmo foi acompanhado de um termo de consentimento livre e esclarecido para que os professores o preenchessem autorizando a sua participação na pesquisa.

A escolha do local se deveu aos anseios dos educadores diante dos desafios que a educação em uma perspectiva inclusiva apresenta.

Dos educadores que participaram da pesquisa, 5 (cinco) são do sexo feminino e 1 (um) do sexo masculino, todos são graduados e há 2 (dois) com especialização. A faixa etária dos mesmos varia entre 27 e 44 anos e o tempo de atuação como profissional da educação é, no mínimo, de 4 anos e no máximo de 13 anos. Os participantes lecionam no 2º, 4º, 5º, 6º e 7º ano do ensino fundamental I e II.

Posteriormente, foram observados o espaço físico da escola, o mobiliário, os recursos e equipamentos existentes para promover a inclusão dos alunos com deficiência. Na quarta etapa foram analisados os dados.

2. SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação é um direito de todos, assegurado pela Constituição Federal de 1988, e o sistema regular de ensino deve garantir esse direito, abrindo espaços para as pessoas com deficiências, dando-lhes suporte e condições para que se desenvolvam e aprendam como qualquer outra criança. Promover a inclusão dos alunos com deficiência não é só matriculá-los em uma classe comum do sistema regular de ensino. A instituição escolar precisa promover mudanças no espaço físico, na proposta pedagógica e na prática docente. Deve também oferecer recursos e equipamentos adequados para atender às especificidades particulares de cada educando e promover formação continuada para os educadores.

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas da rede regular de ensino assume, a cada ano, importância maior dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e a busca incessante da democracia.

Incluir requer o repensar a educação e a instituição escolar, principalmente as práticas docentes e as dificuldades enfrentadas pelos educadores. Perante esse novo modelo educacional, a escola regular precisa se adequar a essa realidade, eliminando as inúmeras barreiras que impedem o processo de inclusão, dentre as quais podemos citar a falta de preparo dos professores, da escola e dos membros que a compõem.

O apoio da família também é fundamental para o processo de inclusão e a escola precisa oferecer condições de participação dos familiares na vida escolar desses alunos, formando juntamente com os pais uma rede de apoio para que se possa fazer melhor por esses educandos. Para oferecer um ensino qualificado aos alunos com deficiência ou não os professores precisam adquirir novas habilidades para trabalhar com a diversidade no âmbito escolar, onde há alunos de diferentes contextos sociais.

2.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A princípio, a educação especial era baseada em um atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, oferecido em instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Este sistema

de ensino estava voltado apenas para as pessoas com deficiências, excluindo as demais necessidades que não se classificam como deficiências. As pessoas educadas neste sistema educativo voltado para os diferentes foram segregadas e excluídas da sociedade, pois,

a história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência. A forma de pensar e por consequência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser, modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio-históricas. [...] É importante lembrarmos de que termos tais como 'deficiência', 'deficiente', 'portador de deficiência' e 'portador de necessidades especiais' surgiram bem recentemente, já no século XX. (BRASIL, 2000, p. 7)

Dessa forma,

A atenção educacional aos alunos com necessidades especiais associadas ou não a deficiência tem se modificado ao longo de processos históricos de transformação social, tendo caracterizado diferentes paradigmas nas relações das sociedades com esse segmento populacional. (BRASIL, 2004, p. 11)

Assim, nos últimos anos, a educação especial tem passado por mudanças bastante significativas e deve garantir o acesso de todos os alunos na escola comum, visando atender às especificidades individuais, assegurando aos alunos ditos especiais o direito de cursar em ambiente escolar que não seja segregado, junto aos pares da mesma idade cronológica, todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino, oferecendo serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares.

2.2 A EDUCAÇÃO E A ESCOLA INCLUSIVAS

A educação inclusiva busca oferecer uma escola para todos, respeitando as diferenças e individualidades de cada educando, dando oportunidade para que eles construam o seu próprio conhecimento de

acordo com suas capacidades, tornando-se aptos a expressarem suas ideias livremente, e se desenvolver como cidadãos nas suas diferenças. Vale salientar que a educação inclusiva também tem como objetivo garantir o atendimento educacional especializado, disponibilizando de recursos e serviços especiais e orientar quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem na sala de aula comum, do sistema regular de ensino. “A educação inclusiva é uma força renovadora na escola, ela amplia a participação dos estudantes nos estabelecimentos de ensino regular”. (ZIMMERMANN, 2008, p. 1)

Portanto, a educação inclusiva deve ser voltada para atender a todos, independentemente de raça, cor, crença ou categoria social.

Para o Ministério de Educação (MEC), a escola inclusiva é o espaço de construção da cidadania e preceitua:

Para que a igualdade seja real, ela tem que ser relativa. Isto significa que as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, de forma que todos possam usufruir as oportunidades existentes. Há que se enfatizar aqui, que tratamento diferenciado não se refere à instituição de privilégios, e sim, a disponibilização das condições exigidas, na garantia da igualdade. (BRASIL, 2004, p. 10)

3. SOBRE A DEFICIÊNCIA: O ALUNO

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 21), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, pode ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais, recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes,

além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS

O Decreto nº 3.298 de 1999preceitua, em seu Art. 1º, que a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência “compreende o conjunto de orientações normativas que objetiva assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.” (BRASIL, 1999, p. 1)

Conforme o mesmo Decreto nº 3.298, as deficiências são assim caracterizadas: *Deficiência física*: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidades congênitas ou adquiridas, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 1999, Art. 4º, Inciso I, p. 1).

Deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas, sonoras, variando de graus e níveis na seguinte forma: de 25 a 40 decibéis (dB) – surdez leve; de 41 a 55 dB – surdez moderada; de 50 a 70 dB – surdez acentuada; de 71 a 90 dB – surdez severa; acima de 91 dB – surdez profunda; e anacusia. (BRASIL, 1999, Art. 4º, Inciso II, p. 2).

Deficiência visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações. (BRASIL, 1999, Art. 4º, Inciso III, p. 2)

Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;

- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho; (BRASIL, 1999, Art. 4º, Inciso IV, p. 2).

Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências. (BRASIL, 1999, Art. 4º, Inciso V, p. 2)

4. PROBLEMÁTICAS ENCONTRADAS NAS ESCOLAS.

Diante do novo contexto educacional, as escolas regulares vivem um grande desafio, a inclusão, que é um novo paradigma que desponta em defesa da igualdade na diferença e a integração na diversidade.

Nosso sistema de ensino tem enfrentado muitos obstáculos para vencer esse desafio, pois, oferecer uma educação de qualidade para todos requer das escolas, mudanças envolvendo toda a comunidade escolar. Essas mudanças devem envolver professores, gestores, especialistas, pais, alunos e os demais profissionais que fazem parte da escola.

Conforme a Política Nacional da Educação Inclusiva (2008), o Projeto Político Pedagógico deve ser construído por todos os envolvidos no processo educativo escolar, refletindo a singularidade dos envolvidos, suas escolhas e especificidades.

Sabemos que essas mudanças ainda não são reais para a maioria das escolas, porque falta vontade própria para motivar as transformações. Atitudes isoladas não promovem a inclusão. As alterações devem ser definidas e oferecidas pelo coletivo escolar.

As escolas também apresentam carências na estrutura física, no mobiliário, no material didático e no apoio pedagógico. Faltam professores capacitados para promover a inclusão e oferecer um ensino de qualidade para todos. São muitos os entraves e barreiras que impedem as mudanças e transformações nas escolas, conforme descrevem Mantoan e Prieto (2006).

Entre esses entraves estão: a resistência das instituições especializadas a mudanças de qualquer tipo; a neutralização do desafio à inclusão, por meio de políticas públicas que impedem que as escolas se mobilizem para rever suas práticas, condutas subordinadoras e, em consequência, excludentes; o preconceito, o paternalismo em relação aos grupos socialmente fragilizados, como o das pessoas com deficiência. Há ainda a considerar outras barreiras que impedem a transformação de nossas escolas: O corporativismo dos que se dedicam às pessoas com deficiência, e as outras minorias, principalmente dos que tratam de pessoas com deficiência mental; a ignorância de muitos pais, a fragilidade de grande maioria deles diante do fenômeno da deficiência de seus filhos (MANTOAN; PRIETO, 2006, p. 24)

A luta pela educação de qualidade é intensa. Precisamos de apoio e parcerias que contribuam para a obtenção de resultados concretos, porém a oposição e resistência ainda persistem, pois falta vontade de mudar.

O sistema de ensino precisa oferecer cursos de formação continuada aos professores para que os mesmos possam mudar suas práticas através de um suporte teórico que irá direcionar essas modificações para que elas não sejam impostas sem conhecimentos, porém essa formação não está ocorrendo, muitas vezes só são contemplados alguns profissionais que ficam responsáveis para repassar o curso para os demais educadores e esse repasse acaba não acontecendo.

Cabe ressaltar que, para garantir uma educação de qualidade para todos, os professores precisam estar aptos a atender a essa demanda e o poder público tem que assumir esse compromisso, evitando que inclusão escolar se restrinja apenas ao ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Na realidade, muitas escolas que dizem promover a inclusão, apenas realizam a matrícula desses alunos, não oferecendo meios suficientes para suprir as suas necessidades educacionais.

A escola inclusiva tem como meta garantir educação para todos independentemente de suas especificidades, nesse sentido ressaltamos que deve ser assegurada.

A oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar contas das mais diversas

diferenças existentes entre seus alunos. (GLAT e NOGUEIRA, 2002, p.25 apud MANTOAN; PRIETO, 2006, p.60)

Para resolver as problemáticas encontradas nas escolas brasileiras, se faz necessário que o poder público faça valer os direitos³ que são legalmente garantidos, construindo respostas educacionais que superem as necessidades de todos os educandos. No entanto, a tão almejada mudança no sistema de ensino só ocorrerá quando houver um envolvimento de várias instâncias e setores, tanto a sociedade civil como o poder público, formando uma rede de apoio que irá contribuir com o processo de melhoria da educação.

5. DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Com relação à formação acadêmica, apenas 1 (um) professor afirma que sua formação dá subsídios suficientes para a sua atuação profissional, porém esse professor, em outra questão, deixa claro que não se considera preparado para trabalhar em uma turma que tenha aluno com deficiência, entrando em contradição com o tópico referente à sua formação.

Quanto ao entendimento sobre educação inclusiva, todos demonstraram ter algum conhecimento acerca do tema, defendendo uma educação capaz de atender às necessidades específicas de todos os educandos na rede regular de ensino.

Os participantes não se consideram preparados para desenvolver o trabalho com alunos com deficiências, e 2 (dois) deles afirmaram que estão trabalhando pela primeira vez com alunos deficientes, mas todos asseguram que procuram adequar os conteúdos trabalhados ao nível de entendimento desses alunos, para que eles possam participar das aulas, também realizam avaliações diferenciadas, mas, segundo os professores, as adequações curriculares deixam a desejar, porque nem sempre é possível realizá-las diariamente.

No entendimento dos professores, a escola não oferece suporte suficiente para promover a inclusão, pois só oferece acessibilidade à

³ O direito de todos à educação.

estrutura física, não proporcionando formação para os professores. Eles estão almejando esse suporte com a implementação da sala de recursos multifuncionais.

No que se refere à responsabilidade de se preparem para receber os alunos com deficiências, os professores atribuíram essa incumbência ao professor, escola, sociedade, poder público e secretaria de educação.

Eles defendem a escola regular para atender aos alunos com deficiência, desde que a mesma esteja preparada para oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos, com a participação da família, atendimento educacional especializado, professores auxiliares, aulas de reforços e materiais didáticos que facilitem o trabalho com esses educandos.

As dificuldades e ou/desafios apontadas pelos professores no processo de inclusão são: qualificação profissional; falta de apoio pedagógico; parceria dos gestores; falta de tempo tanto para dar atenção a esses alunos como para planejar; turmas numerosas; carência de material didático e ter que dar atenção e ajuda aos alunos com deficiência e aos outros ao mesmo tempo.

Com relação à estrutura física da escola, observamos que a mesma possui rampas de acesso em todas as dependências, tem um banheiro adaptado, piso tátil e corrimão na rampa da entrada principal, porém o piso tátil já está quase todo descolado, restando muito pouco. Quanto ao mobiliário, ainda não está adaptado para receber os alunos cadeirantes e eles assistem às aulas em suas cadeiras de rodas com mesas acopladas. Observamos também que as carteiras são arrumadas nas salas de aulas de forma enfileirada, dificultando a mobilidade desses cadeirantes.

Os recursos didáticos de que a escola dispõe são: jogos pedagógicos, computadores com acesso à Internet, impressoras, retroprojeto, data show, televisão, aparelho de DVD, vídeo cassete, gravador, câmara digital, equipamentos da sala de recursos multifuncionais tipo I: microcomputador, monitores, fones de ouvido e microfones, scanner, impressora laser, teclado e colmeia, mouse e acionador de pressão, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação alternativa, lupas manuais, plano inclinado, mesa, cadeiras, armário, quadro melanínico; equipamentos da

Sala de recursos multifuncionais tipo II: reglete de mesa, punção, soroban e guia de assinaturas.

Constatamos, mediante observação, que esses recursos são raramente utilizados pelos professores, principalmente os do ensino fundamental I, e somente nos últimos meses é que alguns docentes tomaram a iniciativa de levar os alunos para o laboratório de informática. Também foi observado que alguns professores utilizam os jogos pedagógicos na sala de aula, mas apenas para passar o tempo, sem nenhum direcionamento. Sabemos que os jogos ajudam no processo de aprendizagem, porém, para utilizá-los é preciso que haja um planejamento.

Então, depreendemos que os professores ainda estão presos a práticas pedagógicas tradicionais e nem procuram utilizar novas estratégias pedagógicas para dinamizar suas aulas. Muitos alegam que não utilizam os recursos tecnológicos porque não sabem utilizá-los, mas também não usam os jogos pedagógicos e nem procuram aprender a lidar com as novas tecnologias. Só reclamam da falta de recursos e não procuram usufruir os que estão disponíveis na escola.

Observamos, ainda, que os pais dos alunos com deficiência não são muito presentes na vida escolar dessas crianças e muitas vezes só vão à escola quando são convocados, nem todos participam das reuniões bimestrais e não procuram estimular a aprendizagem dos mesmos. Além disso, não auxiliam nas tarefas de casa, deixando a responsabilidade apenas para a escola. Sabemos que o apoio da família é essencial para o processo de inclusão. Portanto, a escola necessita fazer um trabalho com esses pais para conscientizá-los sobre a importância da participação dos mesmos nesse processo.

Os trabalhos na sala de recursos multifuncionais já estão sendo desenvolvidos, mas ainda estão no início e precisam se aperfeiçoar para poder garantir aos professores da sala comum o suporte necessário para promover a inclusão dos alunos com deficiência. Há necessidade de um apoio mais amplo dos setores envolvidos na educação municipal e dos agentes educacionais para que esse trabalho de atendimento educacional especializado consiga atingir seus objetivos.

Assim, verificamos, pelas respostas dos educadores, que os desafios encontrados para promover a inclusão são muitos e os que mais os afligem, no momento, são a falta de qualificação profissional e a falta do apoio, tanto por parte da equipe pedagógica como por parte dos gestores.

Sabemos que tanto os poderes públicos como a sociedade civil têm a sua parcela de responsabilidade sobre a educação, porém todos nós, enquanto educadores, também temos a nossa parcela, e esta exige que não cruzemos os braços, esperando apenas pelas ações do governo. Devemos reivindicá-las, mas temos que fazer a nossa parte, procurando melhorar, aprender, capacitar-nos, talvez por conta própria, enfim, buscar modificar nossas práticas, para que realmente a inclusão aconteça.

No decorrer deste estudo, constatamos que a escola investigada ainda não está preparada para promover a inclusão das crianças com deficiência, apenas matricula esses alunos, mas não oferece subsídios suficientes para propiciar uma educação de qualidade para todos. Ainda temos um longo caminho pela frente, para que possamos oferecer um ambiente educacional plenamente inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise mostrou que pequenas mudanças foram implementadas na escola em estudo, porém insuficientes para promover a inclusão. É necessário que haja uma reorganização pedagógica e administrativa nesta instituição para que ela possa se tornar um espaço inclusivo.

As mudanças não ocorrem num passe de mágica e, sim, aos poucos, mas é preciso entusiasmo e determinação para que elas aconteçam. Sendo assim, a escola deve unir-se à comunidade e à família para que possa programar mudanças significativas e capazes de beneficiar a todos os alunos, promovendo a real inclusão escolar.

A falta de qualificação profissional e de apoio são os maiores entraves citados pelos professores para promover a inclusão. Assim, a formação dos professores e de todo o pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância para que essas dificuldades sejam amenizadas e as

mudanças possam ocorrer de forma que beneficiem a todos os educandos, tornando-os cidadãos ativos e participativos na sociedade.

O apoio dos agentes educacionais também é essencial para o processo de inclusão, porém ele não está ocorrendo, o que dificulta ainda mais este procedimento, pois a eficácia do mesmo depende do envolvimento de todos que formam a comunidade escolar. Sabemos que, ao compartilhar as dificuldades do cotidiano escolar, há a possibilidade de encontrar soluções relevantes para superá-las, porém a escola tem que oferecer essas condições de apoio, tanto aos profissionais da educação, como aos familiares desses educandos, para possibilitar o acesso e permanência destes na escola.

Enfim, percebemos que a instituição analisada ainda está caminhando para o processo de inclusão e que esse é um desafio árduo, mas, se todos se mobilizarem, ele será concretizado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 6.571 de 18 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o atendimento educacional especializado*. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Educação inclusiva : a fundamentação filosófica*, v. 1: Coordenação geral SEESP/MEC.
- Organização Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: 2004.
- _____. *Projeto Escola Viva*. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2000.
- _____. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de educação inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- _____. *Decreto nº 3.298* de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3298.pdf>> Acesso em: 29 out. 2011
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Necessidades Educativas Especiais – NEE*. Conferência Mundial Sobre NEE: Acesso e Qualidade – Salamanca/Espanha: UNESCO 1994. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf> Acesso em: 5 nov. 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér, PRIETO, Rosângela Gavioli. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.
- ZIMMERMANN, Elisete Camargo. *Inclusão Escolar*, 2008. Disponível em: <[http://www.webartigos.com/artigos/inclusão-escolar/5190/](http://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/)>. Acesso em: 18 out. 2011.